

Insurgência Armada no Arco Noroeste da América do Sul: implicações para a Segurança e para o Exército Brasileiro

Armed Insurgency in northeastern South America: Security implications for the Brazilian Army

Alcides Costa Vaz*

RESUMO

O presente texto analisa o panorama da insurgência armada na América Latina, com foco maior no arco noroeste da América do Sul. A partir de breve retrospectiva da ascensão e declínio da insurgência armada na América Latina, considera o panorama atual e as perspectivas da insurgência armada à luz de tendências regionais contemporâneas como o fortalecimento do crime organizado transnacional, o estancamento do processo de paz na Colômbia, a crise venezuelana e seus desdobramentos nos países vizinhos. Discute os fatores que concorrem para que o tema se mantenha em perspectiva na agenda política de alguns países e na dimensão regional. Analisa também os enlaces da insurgência armada com ameaças não estatais no plano regional, em particular o crime organizado e o terrorismo, e discute e suas perspectivas e implicações para o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: insurreição armada; América do Sul; Forças Armadas Revolucionárias da Colombianas; Exército de Libertação Nacional; Sendero Luminoso; Exército Popular Paraguaio.

ABSTRACT

This text analyzes the panorama of the armed insurgency in Latin America, with a greater focus on the northwest arc of South America. From a brief retrospective of the rise and decline of the armed insurgency in Latin America, it considers the current panorama and the prospects of the armed insurgency in light of contemporary regional trends and phenomena, such as the strengthening of transnational organized crime, the stagnation of the peace process in Colombia, the Venezuelan crisis and its consequences in neighboring countries. It identifies the major factors that contribute for the theme to remain in perspective in the political agenda of some countries and in the regional dimension. It also analyzes the links between the armed insurgency and other non state threats at regional level, in particular organized crime and terrorism, and discusses their perspectives and implications for the Brazilian Army.

Keywords: armed insurgency; South America; Colombian Revolutionary Armed Forces; National Liberation Army; *Sendero Luminoso*/Shining Path; Paraguayan Popular Army.

* Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro. O autor agradece a prestimosa colaboração de Tiago Soares Nogara na pesquisa bibliográfica e revisão do presente artigo.

1. A insurgência armada na América Latina em perspectiva histórica

A insurgência armada é fenômeno presente no panorama político da América Latina desde as guerras de independência – com seu apogeu na Guerra Fria - ao presente, com a persistência, hodiernamente, de poucos movimentos ainda ativos. Destes, os mais importantes na América do Sul estão localizados na Colômbia (as dissidências das FARC e o Exército de Libertação Nacional), no Peru (Sendero Luminoso) e no Paraguai (Exercito Popular Paraguai–EPP).

As raízes históricas da insurreição armada na América Latina estiveram associadas a diferentes fatores e circunstâncias históricas. De modo geral remontam à resistência à ocupação espanhola - cuja expressão foram as montoneras, unidades militares surgidas em diferentes partes da América Hispânica para tal fim - o impulso emancipatório e as subsequentes disputas pelo poder após lograda a independência. O progressivo fortalecimento de forças políticas de esquerda, nas primeiras décadas do século XX, em oposição às oligarquias rurais e à concentração de poder que estas usufruíam, bem como o aprofundamento de diferenças econômicas e sociais em todos os países, contribuiriam diretamente para o enraizamento, na América do Sul, das clivagens políticas e ideológicas que se estabeleceram com a Guerra Fria. Com efeito, naquele período a insurgência armada ascendeu em toda a América Latina, em particular, com o advento da Revolução Cubana em 1959 e dos esforços de propagá-la, mediante o apoio prestado a movimentos revolucionários em outros países, como Guatemala, Nicarágua e El Salvador, no istmo centro-americano, e Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, na América do Sul.

O concomitante apoio dos Estados Unidos a regimes autoritários de direita, como parte de sua estratégia de contenção ao expansionismo soviético e ao comunismo, representa a outra dimensão que entronizou a Guerra Fria na América Latina, estabelecendo um claro matiz político e ideológico a

embates políticos que passaram a ser travados também por meio da luta armada, mas que possuíam importantes enraizamentos locais e estruturais, usualmente associados à forte estratificação econômica e social e à impermeabilidade dos sistemas políticos a demandas das camadas mais pobres. Com efeito, como observado por Berveley (2011), em sua análise dos movimentos insurgentes armados na América Latina no contexto da Guerra Fria, as dinâmicas de lutas armadas na região eram geralmente locais e específicas, mas suas eventuais derrotas se conectavam com o declínio global do bloco soviético. No mesmo contexto, as dicotomias que se estabeleciam na região eram retratadas, desde a perspectiva liderada pelos Estados Unidos, como um embate entre democracia e a luta armada; e, desde a ótica soviética, como um embate entre ideais revolucionários e o imperialismo norte-americano.

Provêm do contexto da Guerra Fria os mais conhecidos movimentos insurgentes na América Latina, do que são exemplos os Montoneros na Argentina; a Aliança Libertadora Nacional, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a Vanguarda Popular Revolucionária no Brasil; os Tupamaros no Uruguai; o Sendero Luminoso no Peru; o Exército Guerrilheiro dos Pobres e a Organização Revolucionária do Povo em Armas que passaram a integrar, a partir de 1982, a Unidade Revolucionária Nacional na Guatemala; a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, em El Salvador; e a Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua. A estes se somam aqueles anteriores à Guerra Fria, mas que tiveram sua própria feição e atuação diretamente afetadas pela mesma. São exemplos as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), também colombiano.

Emir Sader, ao analisar a trajetória e o protagonismo da esquerda na América Latina neste período, identifica dois ciclos de luta armada (SADER 2006, pp. 5-8): o primeiro foi desencadeado e inspirado pela Revolução Cubana, o qual transcorreu na década de sessenta e alcançou o Peru, Guatemala e Venezuela, com tentativas frustradas na

República Dominicana e na Nicarágua (SADER, 2006, p. 6). Foi encerrado com derrotas emblemáticas, representadas pela morte de Che Guevara na Bolívia em 1967 e pela derrocada do projeto de constituição de um centro de coordenação dos movimentos guerrilheiros no continente. O segundo ciclo, de acordo com o mesmo autor, se instaurou na década de setenta, tendo uma primeira vertente na América Central, com o ressurgimento de guerrilhas rurais na Guatemala e na Nicarágua, e o fortalecimento das mesmas em El Salvador. Esta vertente teve seu ápice na vitória do sandinismo na Nicarágua em 1979, o que impulsionou os movimentos de luta armada naqueles outros dois países (SADER, 2006, p.7). Este ciclo se encerrou com as guerrilhas salvadorenha e guatemalteca entrando em negociações para sua assimilação à institucionalidade política em seus respectivos países sem, contudo, terem alcançado triunfo político no processo.

A outra vertente, do segundo ciclo da luta armada na América Latina, teve lugar no Cone Sul e se associou às guerrilhas urbanas na Argentina, no Brasil e no Uruguai, as quais terminaram também derrotadas, consumando assim, nas palavras do autor, o esgotamento da estratégia da luta armada (SADER, 2006, p. 8).

As derrotas e frustrações, que marcaram os dois ciclos de luta armada na América Latina no período da Guerra Fria, deram ensejo ao que se passou a denominar o “paradigma da desilusão”, o qual se erige em torno da crítica da própria esquerda à estratégia da insurreição armada e aos escassos resultados colhidos e que está retratada nas obras de Volpi (2003) e Roncaglio (2007), bem como na obra de Castañeda (1994).

Como apontado acima, a insurreição armada na América Latina se desenvolveu associada à complexa conjunção entre o impulso revolucionário, a forte estratificação política, econômica e social, a impermeabilidade e controle oligárquico dos sistemas políticos, a ação de movimentos paramilitares de direita e as disjuntivas

políticas e ideológicas da Guerra Fria. Consequentemente, transformações afetadas a estes fatores, como o foram notadamente o fim da guerra civil em El Salvador, a transição democrática no Cone Sul na segunda metade dos anos oitenta e o fim da Guerra Fria nos albores dos anos noventa, tiveram forte impacto sobre a insurreição armada em toda a região. O êxito do Processo de Contadora na América Central confirmou expectativas em torno de soluções negociadas para os então chamados conflitos regionais, que tinham, então, no conflito centro-americano, uma das principais expressões

Simultaneamente, e sobretudo na América do Sul, a transição democrática experimentada na Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai encerraria o ciclo autoritário, reforçando o forte apelo que assumiam as soluções pactuadas para os conflitos políticos e os enfrentamentos armados. Assim, alguns movimentos terminaram se incorporando à institucionalidade democrática mediante a renúncia à luta armada e a transformação em partidos políticos no marco de processos negociados, como foram os casos dos Tupamaros no Uruguai e da FMLN salvadorenha, os quais terminariam chegando ao poder pela via eleitoral. Já no caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional, a chegada ao poder se deu pela deposição do governo de Anastácio Somoza em 1979.

Outros movimentos foram derrotados pelos governos a que se opunham e desapareceram, como os Montoneros na Argentina e a Aliança Libertadora Nacional e o MR8 no Brasil. Finalmente, alguns outros lograram permanecer ativos mesmo tendo sofrido importantes derrotas ou revezes no campo da luta armada e no campo político, como o Sendero Luminoso, no Peru, e as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), como se verá na seção seguinte.

2. A insurreição armada no contexto regional após a Guerra Fria

No início dos anos noventa o panorama político latino-americano se encontrava significativamente alterado, no que diz

respeito à natureza dos regimes políticos vigentes e à luta armada. Configurava-se uma transição histórica na qual a insurgência armada perdia apelo dentro da própria esquerda, em favor da consolidação da democracia, a qual se associava, no contexto de então, à construção de novos ordenamentos constitucionais e às reformas econômicas de cunho liberal, temas que predominaram nas agendas das políticas domésticas em quase toda a região, naquele contexto. O impulso liberal, tanto político como econômico, retratava também, e dentre outros, o renovado vigor da hegemonia norte-americana propiciado pela vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. Esvaía-se, com a Guerra Fria, o apelo do comunismo e da Revolução Cubana, que haviam inspirado a insurgência armada na América Latina.

Nesse contexto, e à medida que refluíam os conflitos civis e que se reconfiguravam os movimentos insurgentes remanescentes do período da Guerra Fria, o conflito colombiano passava a ser o principal caso de insurgência ativa na América Latina, ao lado da Revolta Zapatista no México. Esta foi desencadeada sob a liderança do Exército Zapatista de Libertação Nacional, e sua irrupção, em janeiro de 1994, se revestiu de especial significado por representar oposição direta à agenda neoliberal, implementada pelo governo de Salinas de Gortari com forte respaldo norte-americano e que tinha, no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) do qual o México era parte, sua mais importante expressão então. Apesar de seu alcance restrito em termos geográficos (alcançou parte do estado de Chiapas ao sul do país) e temporais (a revolta armada foi breve e foi encerrada com a abertura de negociações com o governo mexicano em março de 1995; foram suspensas e estão inconclusas desde 2003, sem que, contudo, se tenha retrocedido à luta armada).

A revolta zapatista foi a primeira insurreição armada na América Latina no período pós-Guerra Fria e, ainda que assentada fortemente no campesinato e nas demandas por terra e autonomia, foi emblemática por encerrar elementos distintivos se comparada às insurreições

armadas do contexto anterior, como o componente indigenista, a centralidade que assumiram temas como direitos humanos e meio ambiente e também por seus desdobramentos domésticos e projeção internacional que aqueles temas lhe conferiram.

No contexto de transições políticas e econômicas, próprias da passagem dos anos oitenta e da primeira metade da década de noventa, havia também despontado outro fator que marcaria indelevelmente, desde então, o panorama regional no que diz respeito à violência paraestatal, qual seja, o crime organizado transnacional e, de modo particular, as vertentes do mesmo, voltadas para o tráfico de drogas ilícitas (cocaína de modo bem particular) e de armas e munições. Importa destacar a importância do fortalecimento e expansão do crime organizado transnacional na América Latina e na América do Sul, de modo particular, em razão dos vínculos com movimentos de insurreição armada colombianos, as FARC e o ELN, e com o Sendero Luminoso no Peru. No Cone Sul, há que se considerar os vínculos entre grupos do crime organizado e o Exército do Povo Paraguai – EPP).

Nesse sentido, a transição que envolve a restauração da democracia e do Estado de Direito, e o concomitante declínio da insurreição armada em toda a América Latina, coexistira com a ascensão da violência perpetrada por grupos do crime organizado e os vínculos forjados entre estes e os movimentos de insurreição armada remanescentes na região. Estes vínculos não são nem inéditos nem recentes – desde os anos oitenta os estreitos laços entre o Sendero Luminoso e grupos narcotraficantes peruanos, bem como entre as FARC e os cartéis de droga na Colômbia, já estavam em perspectiva para observadores políticos e estudiosos do panorama político regional. Os mesmos ganharam crescente importância na configuração do panorama da sociologia política da violência paraestatal em todo o subcontinente, dentro dos anos 2.000 e, de modo direto e mais proeminente, em seu arco noroeste.

A isso se soma a ascensão ao poder de correntes e lideranças de esquerda na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Uruguai e Venezuela, além de simpatizantes no Paraguai, sob Lugo, e Peru, com Alejandro Toledo. Todos endossavam, em maior ou menor medida, e desde diferentes matizes políticos e propostas institucionais, o fortalecimento das capacidades estatais e da ação coletiva regional. Porém, a ação armada em si encontrava guarida apenas em dois países: na Venezuela de Hugo Chávez, que a assumia como forma de se precaver e se preparar para uma eventual guerra assimétrica com os Estados Unidos, e na Colômbia de Álvaro Uribe que, em perspectiva oposta, optara por impingir, com decidido apoio norte-americano, derrota militar às FARC. Isto gerou a escalada do conflito que envolveu, em um primeiro momento, o fortalecimento das capacidades militares colombianas no marco do Plano Colômbia, auspiciado pelos Estados Unidos e também das FARC que contaram, segundo o governo colombiano, com decisivo apoio financeiro, material e logístico do regime chavista

A ascensão de governos de esquerda na América do Sul não resultou no ressurgimento ou no revigoramento de movimentos armados, à exceção do caso venezuelano. Naquele país, ganharam força os aparatos voltados para a proteção do próprio regime diante da possibilidade de intervenção armada, perpetrada eventualmente pelos Estados Unidos. Cabe lembrar que o Governo de Chávez assumiu oficialmente a guerra assimétrica com aquele país como principal ameaça, secundado pelo enfrentamento ao principal aliado norte-americano na região, qual seja, a Colômbia. Desse modo, o espaço de ação dos grupos de insurgência armada ficou restrito ao conflito colombiano, com forte protagonismo das FARC e, secundariamente, do ELN. Em plano ainda recôndito e não propriamente ativo, estavam as organizações criadas pelo Governo de Hugo Chávez para a proteção do próprio regime.

No Peru, despontavam indícios de reorganização do Sendero Luminoso, porém

com capacidades e presença territorial muito limitadas. As ações do Sendero, em contexto recente, compreendem atos de extorsão de pequenos proprietários rurais, assassinatos e tentativas de aproximação com grupos narcotraficantes para a obtenção de recursos financeiros, como se verá adiante. Organizações de direitos humanos no Peru, no entanto, têm denunciado que o Sendero vem se articulando com movimentos políticos de esquerda, no próprio Peru e em países vizinhos, dentre os quais o Movimento Revolucionário Tupac Amaru, o Movimento Izquierda Revolucionaria (MIR) e organizações indigenistas vinculadas aos Mapuches, no Chile.

No Cone Sul merece menção o Exército Popular Paraguaio, movimento armado de inspiração marxista, leninista e guevarista fundado em 2008, a partir de divisão do braço armado do Movimento Pátria Livre. O EPP se inspira também nas figuras dos próceres paraguaios. Em primeiro lugar, José Gaspar Rodríguez de Francia, líder político considerado o “Pai da Pátria”, que exerceu o poder ditatorialmente entre 1814 e 1840, e que atuou decisivamente para a construção do sentimento de nacionalidade e da independência paraguaia que se consumaria em 1842, dois anos após sua morte. O movimento também faz referências constantes ao General Solano Lopez, que liderou as forças paraguaias na Guerra da Tríplice Aliança.

O EPP tem raízes e se faz presente no norte do país, no departamento de Concepción, em que tem origem, e atua mais intensamente, assim como nos departamentos de Canindeyu e San Pedro. O mesmo tem atuado promovendo extorsão, sob a forma de sequestros, assassinatos de fazendeiros e policiais e ataques com bombas a propriedades rurais. O EPP tem lançado comunicados públicos em que designa os sojicultores brasileiros e menonitas como inimigos em razão dos danos econômicos, sociais e ambientais do avanço da sojicultura intensiva no Paraguai, do qual tais sojicultores brasileiros são os principais agentes, afetando diretamente comunidades camponesas e

indígenas em cuja defesa o EPP se posiciona. Supostamente integrado por pouco menos de uma centena de militantes, o EPP mantém vínculos com organizações congêneres, notadamente as FARC.

Nos últimos anos, o EPP vem incrementando suas ações, o que levou o governo paraguaio, ainda na presidência de Horácio Cartes, a instaurar um Comando de Defesa Interna integrado por unidades policiais, promotores especiais de justiça e uma Força Tarefa Conjunta de policiais e militares. Contudo, além de dificuldades operacionais, decorrentes da escassez de recursos, de desconfianças entre integrantes e do pouco conhecimento do terreno de atuação (Ellis, Evans 2019, pp. 7-8), a própria força tarefa se transformou em alvo de investigações na Câmara dos Deputados por suposto envolvimento de seus membros em esquemas de corrupção (Veja, 2015). Ainda assim, em 2016 a mesma foi expandida e continua sendo o principal eixo de atuação do governo paraguaio, agora sob a presidência de Michel Abdo.

3. O panorama presente e as perspectivas da insurreição armada

Como visto na seção precedente, o contexto pós-Guerra Fria foi marcado por uma forte retração da insurgência armada na América Latina, uma vez que muitos dos principais grupos insurgentes, que se mantiveram ativos após o término da Guerra Fria, se incorporaram à institucionalidade política em seus países sob a forma de partidos políticos, ou simplesmente abdicaram da luta armada e se extinguíram. Os que permaneceram ativos são basicamente as FARC-EP e o ELN, na Colômbia, o Sendero Luminoso no Peru e, fora do arco noroeste do subcontinente, o Exército Popular Paraguaio.

Os dois primeiros são, inquestionavelmente, os mais relevantes por força de seu histórico e do modo com que podem ainda impactar as perspectivas do tortuoso processo de paz e a própria estabilidade política naquele país e, embora em bem menor medida, em seu entorno imediato.

Mesmo assim, é forçoso reconhecer que ambos os movimentos estão fortemente reduzidos em suas respectivas capacidades militares, número de efetivos, presença territorial e apoio popular. As FARC, que foram, entre os anos 1990 até a primeira década dos anos 2000, o mais poderoso movimento guerrilheiro em todo o subcontinente – viram a maior parte de seus integrantes, cerca de sete mil quando da conclusão do acordo de paz, depor armas e aderir à Força Alternativa Revolucionária do Comum, o partido político dela oriundo como previsto no acordo firmado com o governo de Juan Manuel Santos em 2016.

Por força deste acordo foram também garantidos dez assentos no Senado colombiano a ex-integrantes do grupo guerrilheiro, como forma de assegurar representação parlamentar à nova agremiação política. No entanto, cerca de trezentos dissidentes optaram por retomar a luta armada, sob a liderança de Ivan Marques, ex-número dois das FARC e que renunciou ao assento no Senado para o qual fora indicado, fazendo, ele próprio, o anúncio do retorno às armas, no início de agosto de 2019.

A despeito de suspeitas lançadas pelo ex-presidente Álvaro Uribe, de que as FARC-EL ainda dispõem de recursos e armamentos ocultos, suas capacidades militares foram drasticamente reduzidas com a desmobilização de contingentes e deposição de armas, assim como também o foi o apoio popular à mesma. Corroborar essa avaliação o fato de o próprio Ivan Marques ter, quando do anúncio do retorno às armas, afirmado que buscaria coordenar esforços com o Exército de Libertação Nacional como forma de somar forças, o que não ocorrera durante todo o transcurso do conflito colombiano, nas duas últimas décadas.

O ELN, por sua vez, conta com estimados 2.700 integrantes em suas fileiras e, apesar de ter iniciado negociações, não chegou a firmar acordo com o governo, como o fizeram as FARC. Assumiram o compromisso de suspender hostilidades no transcurso das negociações. No entanto, o ELN quebrou este compromisso e,

possivelmente procurando aumentar seu poder de barganha, perpetrou atentado a bomba em Bogotá em janeiro de 2018, levando o governo colombiano a suspender imediatamente as negociações que visavam o acordo de paz. Isso instaurou grande ceticismo sobre o processo de paz que já vinha enfrentando grande resistência, primeiramente dentro das hostes governamentais, após a saída de Juan Manuel Santos do poder e a assunção de Ivan Duque, que se elegeu com o compromisso de rever pontos importantes do acordo. Enfrentava, também, forte resistência no meio político onde ainda é como muito forte a influência do ex-presidente Álvaro Uribe; também no meio social o processo de paz e o acordo com as FARC seguem como objetos de profunda divisão.

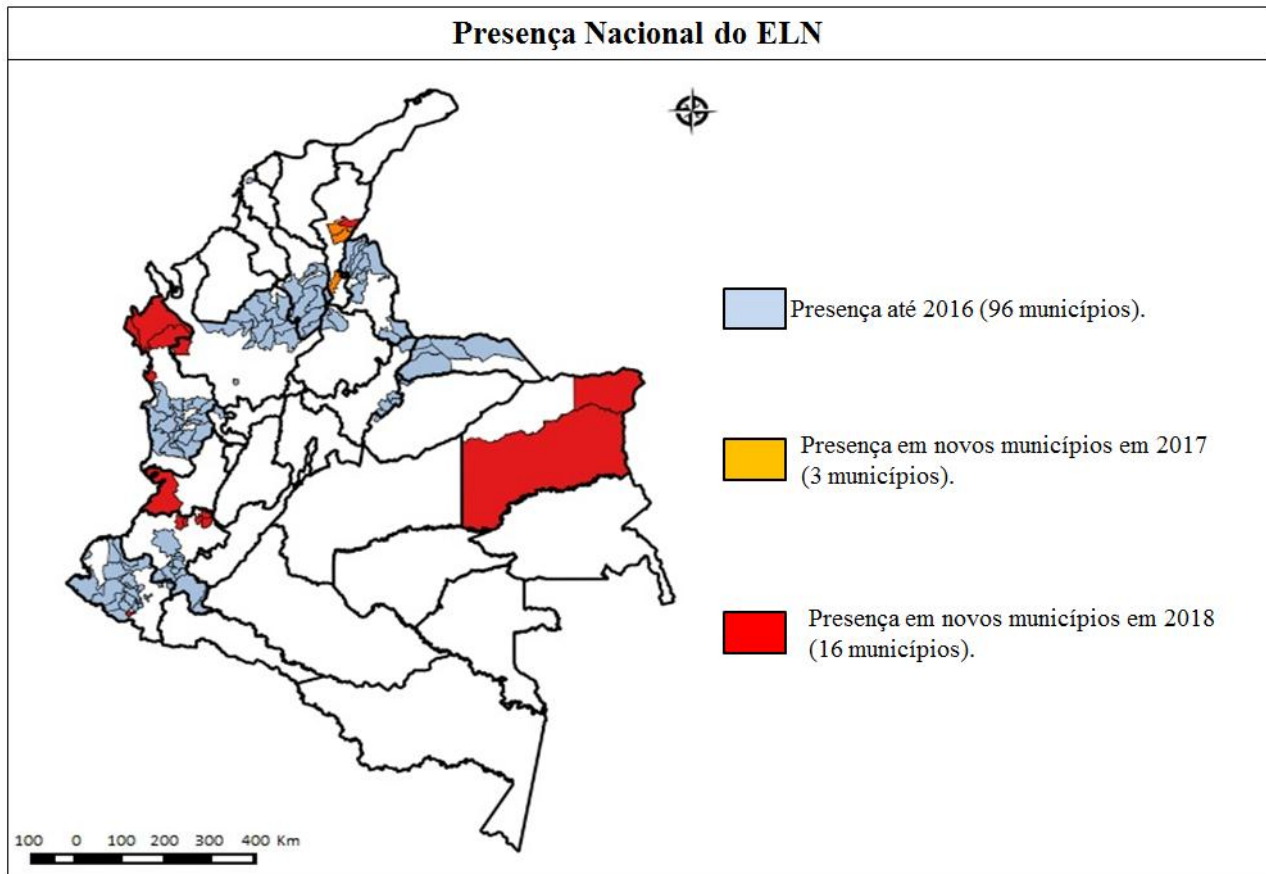
Nesse contexto, o anúncio de dissidentes das FARC de retomada da luta armada, e a interrupção das negociações entre o governo colombiano e o ELN, tornam factível o retorno do conflito civil, possivelmente com o alinhamento dos dois movimentos que hoje dispõem de muito limitados recursos humanos, financeiros e militares para manter, de modo sustentado, enfrentamento armado às Forças Armadas colombianas que, ademais da sua superioridade em todos os campos, continuam a contar com importante assistência militar dos Estados Unidos.

Desse modo, embora factível em um cenário de mais longo prazo, o efetivo retorno do conflito armado não se afigura no horizonte mais imediato. Em tal horizonte, é a conturbada relação com grupos do crime organizado que se apresenta como tendência mais evidente, em face das grandes restrições de ordem humana, material e financeira que acometem ambos os movimentos. Ao mesmo tempo, o panorama do crime organizado na Colômbia vem sofrendo grandes transformações, em grande parte derivadas do processo de paz que alterou significativamente as condições políticas e de exercício de controle territorial.

A desmobilização das FARC e a concomitante liberação de regiões, que estavam sob seu domínio, desencadearam disputas entre grupos e facções do crime organizado, pelo controle daqueles espaços e dose recursos nos mesmos. Observa-se, nesse plano, um panorama de forte fragmentação e de violência, o que representa complicador para a configuração de vínculos associativos entre as FARC e o ELN, de um lado, e os grupos de crime organizado, de outro, tendo em vista que, no panorama atual, há também enfrentamento entre o ELN e aqueles grupos. Com isso, dificultam-se ainda mais, no curto prazo, as condições de retorno à luta armada.

Por outro lado, tanto os grupos de crime organizado, como o ELN, em particular, têm se valido também de oportunidades de penetração e fortalecimento advindas do intenso fluxo migratório de venezuelanos, sobretudo nas regiões fronteiriças e a elas adjacentes. Nesse sentido, destaca-se a região norte de Santander, uma vez por ela adentram cerca de 75% dos refugiados venezuelanos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que, até meados de 2019, cerca de quatro milhões de venezuelanos haviam deixado seu país, sendo que cerca de 1,3 milhões em direção à Colômbia (ACNUR, 2019).

A despeito dos esforços do governo colombiano e do apoio do ACNUR, e de outros agentes internacionais, persiste um grande número de migrantes indocumentados, sem oportunidade de trabalho e na informalidade, que são assediados e/ou vitimados pelo crime organizado. Isso faz com que se fortaleça a presença do ELN nesta parte do território colombiano. Cumpre destacar que o ELN esteve tradicionalmente presente na parte ocidental e na costa do pacífico do território colombiano. Conforme se vê na figura 1 a seguir, e em razão do fluxo migratório, o ELN passou a se fazer cada vez mais presente em municípios próximos às fronteiras venezuelanas, o que implica maior dispersão de seus efetivos e, conseqüentemente, maiores dificuldades logísticas e de mobilização.

Figura 1: Presença do Exército de Libertação Nacional no território colombiano

Fonte: Adaptado de Fundación Paz y Reconciliación, 2018.

Esse quadro de insegurança gera pressões sobre as estruturas governamentais e favorece também a presença dos movimentos insurgentes nos espaços fronteiriços naquela região, tanto do lado colombiano como do lado venezuelano. Mesmo assim, apesar de favorecer a presença e a eventual reorganização dos movimentos insurgentes, considerações de ordem política e também humanitária pesam em desfavor do aproveitamento das condições impostas pela crise migratória para um eventual retorno à luta armada, o que agravaria a perda de legitimidade que acomete tanto as FARC como o ELN.

Portanto, a retomada de ações armadas por parte das FARC-EP e do ELN, seja isoladamente ou em aliança, ainda que factível, não deve se concretizar em um cenário imediato. Afigura-se como mais factível em um horizonte superior a dois anos, e sua eventual ocorrência tende a se dar onde seus efetivos (notadamente escassos, no caso das FARC) possam ser dotados de condições

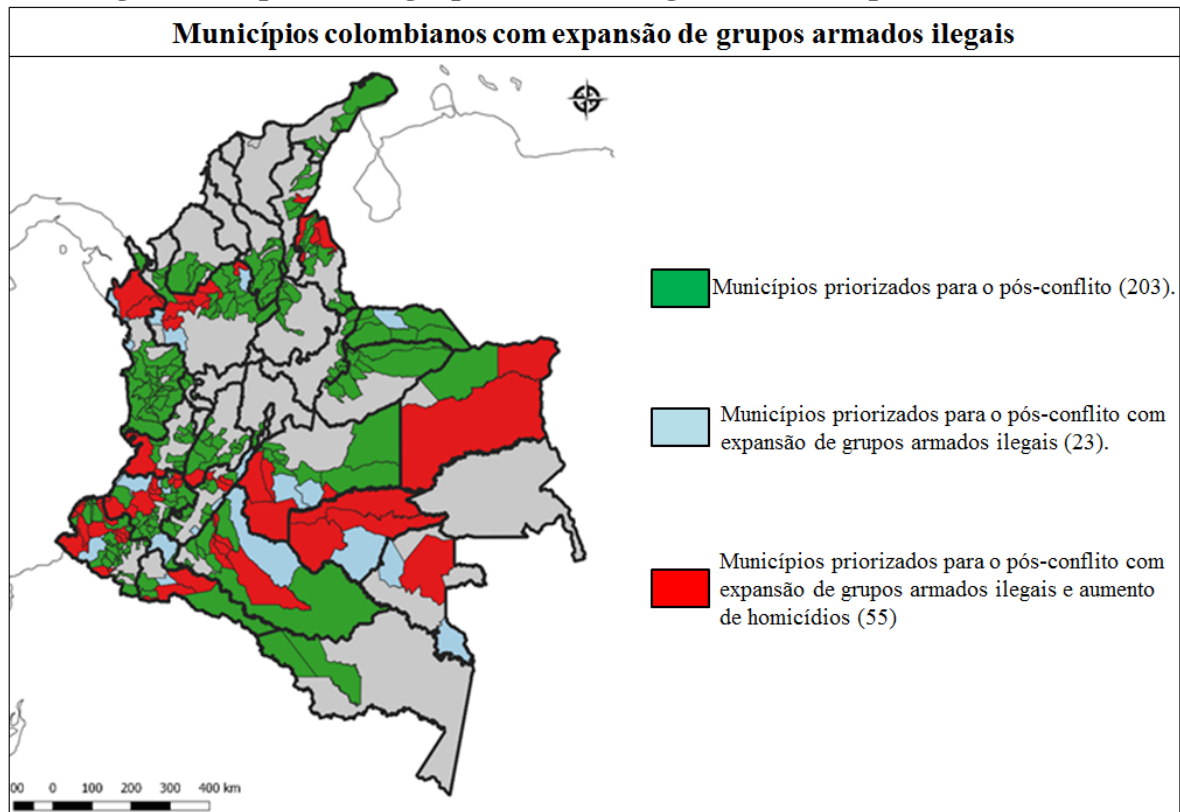
materiais e logísticas suficientes. Como se vê na figura 1 acima, o ELN hoje está presente em diferentes partes do território colombiano, diferentemente de sua tradicional concentração na parte ocidental do mesmo. Diante disso, e de modo mais imediato, é mais provável que ambos os movimentos priorizem inicialmente o estabelecimento de aliança mútua e procurem estabelecer vínculos com o crime organizado como forma de reforçar fileiras e de obter divisas. É possível também que optem por desencadear ações outras - sobretudo extorsão e sequestros que revertam em recursos de que necessitam - e atentados a bombas, o que lhes confere visibilidade, evitando, portanto, confrontos diretos com as Forças Armadas colombianas.

A aproximação entre o ELN e as FARC-EP, com grupos do crime organizado, não é um empreendimento fácil e implica, primeiramente, superar os confrontos, notadamente no que diz respeito ao ELN, com as assim chamadas *bandas criminales*, que passaram a ocorrer nos espaços agora por eles

disputados e que ora constituem importante faceta do panorama da insegurança e da

violência em território colombiano.

Figura 2: Expansão de grupos armados ilegais em municípios colombianos



Fonte: Adaptado de Fundación Paz y Reconciliación, 2019.

Com isso, reforça-se a tendência, já em curso, de incremento da violência instaurada desde a desmobilização e saída das FARC dos territórios que estavam sob seu controle, o que se soma à insegurança advinda do contínuo fluxo de refugiados venezuelanos, mais críticas nos espaços fronteiriços e naqueles situados ao longo dos principais corredores viários que deles emanam, os quais terminam sendo privilegiados pelos grupos de crime organizado.

Observa-se, a esse respeito, que as situações mais críticas, envolvendo a expansão de grupos armados ilegais e o aumento de homicídios, concomitantemente se fazem presentes em todo o território colombiano, como se vê na figura 2 acima, onde se sinaliza em vermelho os municípios com tal condição. Nela, além de áreas tradicionalmente críticas, como aquelas próximas às fronteiras com a Venezuela (Norte de Santander, em particular) e com o

Equador (Valle del Cauca e Nariño), observa-se a existência de um grande corredor integrado por municípios dos departamentos de Norte de Santander, Uichala, Meta, Guaviare, Valle del Cauca, Cauca e Nariño, um imenso espaço de disputa que compreende importante zonas de produção e de trânsito onde operavam as FARC.

Em suma, em tal contexto, a necessidade imperiosa de parte tanto da dissidência das FARC, as agora FARC-EP, e sobretudo do ELN, que ora possui maior presença territorial, passa pelo conturbado relacionamento com os grupos armados ilegais que envolve confrontos e, eventualmente, a possibilidade de alianças ainda não concretizadas. Um eventual retorno do confronto armado depende, nesse sentido, da capacidade de ambas as organizações de arregimentarem apoios e de extrair dividendos de suas próprias iniciativas de extorsão, de seus vínculos com o crime organizado e do

que possam também auferir por meio de redes de apoios externos.

É importante tomar em conta também que, do ponto de vista regional, há um contexto desfavorável à retomada de luta armada, com exceção da Venezuela, onde, a despeito da resiliência do regime de Nicolás Maduro, não é remota a possibilidade de escalada da violência política e, eventualmente, a eclosão de uma guerra civil. Nesse sentido, o rápido transbordamento de um conflito iniciado na Venezuela é muito provável se tomados em conta os elementos contextuais acima apresentados, em particular a presença de efetivos, sobretudo do ELN e, em menor escala, das FARC-EP, e a existência de uma rede de apoios em território venezuelano e a forte sinergia política entre apoiadores do regime de Nicolás Maduro e da insurgência colombiana.

Como visto antes, ademais das FARC e do ELN, o Sendero Luminoso é outro movimento remanescente do período da Guerra Fria. Tendo sofrido importante revés durante o enfrentamento por parte do Governo de Alberto Fujimori na primeira metade dos anos noventa e quase sido extinto, o Sendero subsiste mesmo sem conseguir alterar significativamente sua estrutura e suas capacidades operacionais, atualmente muito limitadas. Não tem conseguido igualmente arregimentar apoios nem interna nem externamente que lhe permita modificar seu status quo. Desse modo, continuar a comparecer no panorama político peruano mais pelo espectro de seu eventual retorno à luta armada do que por sua relevância no presente.

Semelhantemente ao ELN e as FARC, o Sendero tem grande necessidade de revigorar sua capacidade financeira, o que o leva a buscar aproximação com as organizações do crime organizado e do narcotráfico como forma de obter financiamento essencial que lhe permita subsistir. Ao mesmo tempo, e também como o que se espera em relação ao ELN e às FARC, o Sendero pode desencadear ações extorsivas, como sequestros e cobrança de taxas como forma de obtenção de recursos financeiros, de

modo a suplementar aqueles que obtêm junto a grupos narcotraficantes ao proteger espaços de cultivo e o transporte de precursores e de cocaína na região do VRAEM (Vales dos Rios Apurímac, Ene e Mantaro). Há indicações de que o Sendero tem objetivos temporais diferenciados para seu fortalecimento: no curto prazo, aumentar ataques às forças públicas; no médio prazo, recuperar controle de áreas que já dominou e, em longo prazo, ter condições e promover um golpe de Estado (SAFFON, 2019; BERTONE, 2019).

A despeito de tais intenções, o fato é que o Sendero, em seu atual estado, dista muito da condição de poder assumir a luta armada como vetor importante de sua presença e atuação no cenário político peruano e, menos ainda, de exercer influência significativa no plano regional. Em termos comparativos, as chances de o Sendero Luminoso assumir a luta armada de modo efetivo como parte central de seu repertório são menores do que as do ELN e das FARC na Colômbia, a despeito de poder recorrer continuamente ações que lhe dê certa visibilidade e, eventualmente, algum impacto junto à sociedade e no meio político. Em outros termos, a perspectiva imediata e também de médio prazo é de manutenção do atual status do Sendero Luminoso.

No arco norte/noroeste da América do Sul, portanto, é pequena a possibilidade de revigoramento, no curto prazo, dos movimentos de insurreição armada. Em perspectiva de médio prazo, desenvolvimentos em tal sentido dependem do êxito que possam obter os três movimentos considerados acima nos seguintes aspectos: (i) a reconstrução dos fundamentos de legitimidade; (ii) os esforços de recomposição de suas respectivas bases de apoio político e econômico interna e internacionalmente; (iii) a aquisição de capacidades operacionais suficientes para empreender e sustentar ações armadas frente às forças armadas de seus respectivos países; (iv) um balanço favorável dos ganhos políticos internamente; São, portanto, todos aspectos cuja consecução não se dará em horizonte imediato.

Nesse sentido, a retração dos movimentos de insurreição, a maior aproximação e dependência destes para com o crime organizado e o espaço muito restrito para a retomada da luta armada é o que seguirá caracterizando, de modo geral, o panorama do arco noroeste da América do Sul no tocante à insurreição armada. É importante agregar que, na região do Platô das Guianas, onde se observa crescente penetração do crime organizado transnacional, sobretudo no tocante ao tráfico de drogas e ao tráfico humano, inexistem movimentos de insurreição armada ativos e fluxos migratórios disruptivos, como o provindo da Venezuela em direção à Colômbia. Não estão dadas, naquele espaço, condições análogas às observadas ao longo do eixo Venezuela-Colômbia-Ecuador- Peru para o surgimento de movimentos de insurreição armada.

Resta assim, à guisa de complementar o panorama sul-americano, considerar a presença e atuação do Exército Popular Paraguai a qual, como visto na seção precedente, não difere, substantivamente, dos demais movimentos ora considerados, a despeito de sua maior proatividade, em tempos recentes, no que toca às ações de extorsão e assassinatos de policiais, militares e proprietários rurais.

Como visto, o EPP se mantém como movimento de pequena expressão, mas que vem se movimentando ativamente no incremento de sinergias com o crime organizado e para angariar apoio interna e externamente, o que impeliu o governo paraguaio a adotar medidas precipuamente voltadas para sua contenção, o que o mantém ainda presente em seus locais originários. No entanto, é importante tomar em conta que, de forma crescente, o EPP tem assumido como causa o enfrentamento aos grandes proprietários rurais e sojicultores brasileiros e que também é crescente a presença e influência do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) na Paraguai, configurando um contexto que demanda atenção de parte das instâncias de segurança brasileiras por envolver aspectos contraditórios, uma vez que brasileiros

comparecem simultaneamente como perpetradores e vítimas de violência em solo paraguaio.

Diferentemente do que ocorre no arco noroeste da América do Sul, onde os espaços fronteiriços do Brasil com a Colômbia e a Venezuela não são, no presente e no futuro imediato, espaços favoráveis à atuação dos movimentos de insurreição armada colombianos, e mesmo no caso do Peru, com o Sendero Luminoso, as regiões fronteiriças com o Paraguai terminam se tornando espaços de crescente insegurança e suscetíveis a uma eventual escalada de violência, demandando assim, iniciativas de monitoramento, prevenção e resposta concertada com autoridades de segurança do Paraguai, em particular nas províncias de onde se fazem presentes o EPP, sojicultores brasileiros e grupos de crime organizado com vínculos com as duas grandes organizações do crime brasileiras. Mesmo assim, cumpre ressaltar que a natureza dos atos de violência decorrentes, mesmo quando perpetrados pelo EPP, não equivalem à insurreição armada como tal e se mantêm na órbita da criminalidade organizada.

4. Conclusões e recomendações

A insurgência armada sofreu acentuada retração em toda a região, não havendo elementos tangíveis capazes de alterar essa condição, no curto e médio prazo. A subsistência de algumas organizações, que foram muito ativas até um passado recente, sobretudo na Colômbia e no Peru, não traz consigo, necessariamente, perspectiva de retomada da insurgência armada de modo sustentado naqueles países em cenários de curto e médio prazo. Exceção plausível adviria da conjunção do estancamento do processo de paz na Colômbia - predispondo à retomada da guerra civil - e a eventual instauração de conflito armado na Venezuela e seu transbordamento para o território colombiano com envolvimento do Exército de Libertação Nacional e das FARC-EP. O estancamento do processo de paz na Colômbia e a disposição de dissidentes das FARC de retorno à luta armada são já

realidades que tornam possível, porém não de modo imediato, o retorno à guerra civil. Nesse sentido, o transbordamento de um eventual confronto armado na Venezuela representaria importante indutor ou elemento precipitante de episódios de violência armados também na Colômbia. Os principais contrapesos à hipótese de retomada do conflito armado na Colômbia se prendem, nas circunstâncias presentes, à exiguidade de recursos, notadamente das FARC-EP, mas também do ELN, para dar concretude à luta armada enquanto opção que traga ganhos estratégicos e políticos que, por sua vez, justifiquem os riscos e custos materiais, financeiros, humanos e políticos que a acompanham. Se prendem também à perda de apoio à opção pela luta armada nos segmentos políticos e sociais que a endossaram no passado e, mais ainda, junto à sociedade colombiana em geral.

Em qualquer das hipóteses conducentes ao retorno do conflito armado na Colômbia, o interesse brasileiro quanto à preservação da estabilidade em seu entorno imediato se veria contrariado. Desde o ponto de vista dos interesses e objetivos de defesa brasileiros, este cenário demanda atenção, por seus potenciais desdobramentos para a segurança nas fronteiras, caso estas venham a constituir espaço importante para a presença e ação de grupos insurgentes. Contudo, como visto, essa possibilidade não se coloca no presente se considerada a atual configuração da presença (esta já limitada pela forte redução de efetivos) tanto das FARC como do ELN no território colombiano, muito mais voltada no presente para as fronteiras com a Venezuela do que com o Brasil, o que tende a não se alterar em horizonte próximo.

Em decorrência, as atenções do Exército Brasileiro devem se voltar marcadamente para o acompanhamento e avaliação do panorama interno colombiano e venezuelano por meios próprios e em cooperação com outras instâncias para além da própria Defesa, no que diz respeito às iniciativas das FARC-EP e do ELN, particularmente aquelas que envolvam ações que sejam indicativas da restauração do conflito armado. No panorama atual e em seus desdobramentos de curto

prazo não se afigura a necessidade premente de assignar esforços para a mobilização e emprego de recursos militares em função da insurreição armada naquele contexto.

O mesmo se aplica ao caso peruano, uma vez que o status quo do Sendero Luminoso não apresenta indícios de alteração no sentido de expansão de suas capacidades e de atuação como movimento insurgente. Distinto, contudo, e embora fora do contexto do arco noroeste da América do Sul, espaço privilegiado na presente análise, é o caso do EPP e das fronteiras paraguaias. Nelas, o enlace entre reiteradas manifestações hostis do mesmo em relação aos sojicultores brasileiros e a atuação dos mais importantes grupos brasileiros de crime organizado no Paraguai, forjando vínculos com atores clandestinos domésticos em espaços fronteiriços, impõe a necessidade de fortalecer a ação cooperativa com outros órgãos de segurança brasileiros. Isso com vistas ao monitoramento e à vigilância nas regiões fronteiriças, de modo a estar o Exército Brasileiro apto a atuar segundo as funções que lhe cabe exercer na Faixa de Fronteira e a cooperar com as instituições de segurança do Paraguai sempre que necessário e oportuno.

Em suma, a insurgência armada no arco noroeste da América do Sul, em si mesma, não deve representar preocupação imediata para o Exército Brasileiro, mas requer, seguramente, monitoramento e avaliação regulares por seus enlances reais e potenciais com outras ameaças, como o crime organizado transnacional e o terrorismo, e com dinâmicas associadas ao quadro político e de segurança na Colômbia e à crise venezuelana e suas externalidades, como a intensa migração e seus desdobramentos no campo humanitária e o contexto favorável que suscitam para a penetração e fortalecimento dos ilícitos e, eventualmente, para a violência armada.

Referências

- ACNUR- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (2019). Refugiados y migrantes de Venezuela superan los cuatro millones: ACNUR y OIM. <https://www.acnur.org/noticias/press/2019/6/5cfa5eb64/refugiados-y-migrantes-de-venezuela-superan-los-cuatro-millones-acnur-y.html>.
- BEVERLEY, J. (2011) Repensando la lucha armada en América Latina. *Sociohistórica* (28), 163-177. En Memoria Académica. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5172/pr.5172.p
- BERTONE, Julian (2019). Documento revela últimos planos do Sendero Luminoso para o Peru. *La Gran Epoca*, 26.09.2019. Acessível em: es-mb.theepochtimes.com/documento-revelam-ultimos-planos-do-sendero-luminoso-parra-o-peru-534833.html
- CASTAÑEDA, Jorge (1994). *A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquadra latino-americana*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 459 p.
- FUNDACIÓN PAZ Y RECONCILIACIÓN (2018). Presencia del ELN en territorio colombiano. Disponível em <https://pares.com.co/2018/12/27/en-que-municipios-tiene-presencia-el-eln/>
- FUNDACIÓN PAZ Y RECONCILIACIÓN (2019).. Municipios de expansión y/o consolidación de estructuras armadas ilegales cruzado con intensidad de cultivos de coca 2019. Disponível em <https://images.app.goo.gl/ZD3NyQfBXoaHxmHX7>, .
- LOWEL, Michael (2007). *O Marxismo na América Latina*. Santiago: LOM Ediciones, 2007, 586 p.
- RONCAGLIOLO, S. (2007). *La cuarta espada: la historia de Abimael Guzman y Sendero Luminoso*. Barcelona: Debate.
- SADER, Emir (2006). Esquerdas. In: Emir Sader, Ivana Jenkins, Rdorigo Nobile, Carlos Eduardo Martins (orgs). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Portal. São Paulo: Boitempo. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br>.
- SAFFON, Sergio (2019). Sendero Luminoso quiere volver a la gloria em Peru. *Insight Crime*, noticias. Disponível em <https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/sendero-luminoso-volver-gloria-peru/>
- VEJA (2019) Ex-número 2 das Farc anuncia retorno à luta armada na Colômbia. 29/08/2019. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/ex-numero-2-das-farc-anuncia-retorno-a-luta-armada-na-Colômbia/>
- VEJA (2015). Conheça a perigosa guerrilha que controla o norte do Paraguai. 06.09.2015. disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/conheca-a-perigosa-guerrilha-que-controla-o-norte-do-paraguai/>
- VOLPI (2003). Volpi, J. (2003). *El fin de la locura*. México: Seix Barral.
- WAYNAKUNA (2019). Terroristas de sendero luminoso, realizan III encuentro internacional <http://waynakuna.blogspot.com/2019/02/terroristas-de-sendero-luminoso.html>